

## **COMUNICADO TÉCNICO IBRACON N° 03/2009**

Circular SUSEP n° 344/2007 - Dispõe sobre os controles internos específicos para a prevenção contra fraudes.

### **1. Objetivo**

Em 21 de junho de 2007, a Superintendência de Seguros Privados emitiu a Circular SUSEP no. 344/2007, que dispõe sobre os controles internos específicos para a prevenção contra fraudes, para serem desenvolvidos e implementados pelas sociedades, requerendo, também, que sejam validados anualmente pela auditoria interna e objeto de procedimentos efetuados por auditores independentes com a elaboração de relatório circunstanciado pelos auditores independentes.

Os procedimentos de revisão e relatório a serem efetuados pelo auditor independente, para atender ao requerimento da Circular SUSEP 344/2007, devem seguir a “Norma e Procedimentos de Asseguração 1 (NPO 1)” que trata de Trabalhos de Asseguração que não sejam de Auditoria ou de Revisão de Informações Financeiras Históricas, emitida pelo IBRACON, em outubro de 2007. Deve ser considerado que pronunciamento de igual teor consta da Resolução CFC n° 1160/09, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TO 01 – Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão (3000).

Tendo em vista que a Circular SUSEP n° 344/2007 requer a realização de uma primeira revisão até o final de abril de 2009, o IBRACON divulga este Comunicado Técnico aos seus associados contendo os procedimentos mínimos para a realização dessa primeira revisão por parte dos auditores independentes.

### **2. Síntese do requerimento da Circular SUSEP n° 344/2007:**

O artigo 4º da referida Circular trata da exposição das sociedades (para fins do disposto na Circular SUSEP n° 344/2007, consideram-se sociedades: sociedades seguradoras e de capitalização e as entidades abertas de previdência complementar) ao risco de serem envolvidas em situações relacionadas à fraude e determina que as sociedades desenvolvam estudos sobre essa exposição, principalmente com relação aos produtos comercializados e suas práticas operacionais.

Esses estudos deverão abranger todos os produtos comercializados pela sociedade e deverão ser objeto de revisões anuais pela auditoria interna.

De acordo com o Art. 5º da Circular SUSEP 344, as sociedades deverão desenvolver e implementar, na forma da legislação vigente, estrutura de controles internos específicos, a ser validada pela auditoria interna, para tratar dos riscos identificados. De acordo com o Art. 6º da Circular SUSEP 344/2007, a estrutura de controles internos específicos para

tratar dos riscos identificados, a ser validada pela auditoria interna deve contemplar, no mínimo, os itens que constam dos incisos I, II, III, IV, V e VI do referido artigo.

De acordo com o Art. 7º da referida circular, as sociedades devem enviar à SUSEP, até 30 de abril do exercício subsequente, relatório circunstanciado, elaborado por auditores independentes, sobre:

(a) os critérios adotados pela sociedade para avaliação da exposição ao risco de serem envolvidas em situações relacionadas à fraude de que trata o artigo 4º da referida circular (Art. 4º - As sociedades deverão, no prazo constante do Art. 9º (as sociedades terão até 1º de julho de 2008 para adequar suas estruturas de controles internos ao disposto na referida circular), desenvolver estudos sobre riscos de ser objeto de fraudes, principalmente com relação aos produtos comercializados e suas práticas operacionais); e

(b) a adequação, aos riscos existentes, tantos dos critérios elaborados quanto dos procedimentos implementados pela administração.

Este Instituto entende que os critérios referidos pela SUSEP correspondem às políticas e procedimentos adotados pela administração em resposta aos requerimentos da Circular SUSEP No. 249, sobre implantação e implementação do sistema de controle interno das sociedades reguladas.

### **3. Natureza dos trabalhos a serem executados pelo auditor independente**

Os trabalhos deverão ser executados com base na “Norma e Procedimentos de Asseguração-NPO nº. 1” emitida pelo IBRACON.

Os elementos dos trabalhos de asseguarção e a forma como eles estão presentes nos serviços, requeridos pela citada Circular, são assim resumidos:

- **Relação de três partes:** integrada pelos (i) usuários previstos (a administração da sociedade e o órgão regulador), (ii) pela parte responsável (a administração da sociedade) e (iii) pelo auditor independente.
- **Objetos:** nos termos do artigo 7º. da Circular SUSEP nº. 344/2007 são objetos do trabalho do auditor independente: (1) o estudo desenvolvido pela administração da sociedade sobre o risco dela ser envolvida em situações relacionadas à fraude, principalmente com relação aos produtos comercializados e suas práticas operacionais, validados pela auditoria interna, conforme requerido pela citada circular e (2) adequação, aos riscos existentes, tanto dos critérios considerados quanto dos procedimentos implementados pela administração da sociedade.
- **Critérios:** a regulamentação emitida pela SUSEP não estabelece critérios específicos para a avaliação do objeto; todavia, a Circular SUSEP No. 249/2004 que dispõe sobre a implantação e implementação de sistema de controles internos nas sociedades seguradoras e demais entidades reguladas, estabelece as responsabilidades da

administração e os elementos mínimos do sistema de controles internos. Essa circular já havia determinado que os controles internos, independentemente do porte da sociedade, devem ser efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e risco das operações realizadas.

Considerando-se as circunstâncias acima descritas, o relatório a ser emitido pelo auditor independente deve destinar-se exclusivamente para uso da administração da sociedade e pela SUSEP (órgão regulador) para o atendimento da Circular SUSEP nº. 344/2007, não sendo permitida sua divulgação a terceiros, pois poderia suscitar dúvidas e originar interpretações errôneas por parte de pessoas que desconhecem os objetivos, critérios e limitações dos procedimentos desenvolvidos pelo auditor independente.

Dado o estágio de implementação e maturidade da estrutura, dos sistemas e dos procedimentos relacionados à prevenção à fraude e das conseqüentes limitações inerentes ao sistema de controle interno, dos trabalhos requeridos e de seu objetivo, os trabalhos devem ser desenvolvidos para que o auditor independente obtenha uma segurança limitada sobre os requerimentos que constam do Art. 7º. da Circular SUSEP nº.344/2007, quais sejam: (a) critérios adotados pela administração das sociedades, para avaliação da exposição ao risco de serem objeto de fraudes, principalmente com relação aos produtos comercializados e suas práticas operacionais; e (b) adequação, aos riscos existentes, tanto dos critérios elaborados quanto dos procedimentos implementados.

Em conexão com o referido trabalho, e em consonância com o determinado nos itens 38 a 40 da NPO 1 deve ser obtida junto à administração da sociedade, carta de representação, elaborada de acordo com as disposições do Conselho Federal de Contabilidade.

#### **4. Procedimentos a serem considerados e executados pelo auditor independente**

O auditor independente deverá obter um entendimento das principais políticas e procedimentos adotados pela sociedade para o desenvolvimento dos estudos sobre os riscos de a sociedade ser envolvida em situações relacionadas à fraude e comparar os mesmos com o marco conceitual implementado em resposta à Circular SUSEP No. 249 acima referida, considerando se o estudo:

- (a) incluiu a totalidade dos produtos comercializados pela sociedade;
- (b) foi objeto de trabalhos pela auditoria interna, dentro do prazo estabelecido pela Circular (Art. 9º da referida circular – as sociedades terão até 1º de julho de 2008 para adequar suas estruturas de controles internos) e incluiu todas as alterações formuladas por esta;
- (c) foi formalmente aprovado pela administração;
- (d) foi adequadamente documentado e é mantido de forma organizada e à disposição da SUSEP.

## **5. Resultado dos trabalhos**

Como resultado dos trabalhos, o auditor independente deve emitir relatório específico, com obediência aos requerimentos constantes do item 49 da NPO 1, com consideração especial ao contido nos itens 50 a 53 da citada NPO 01.

Para que seja possível a execução dos trabalhos, o auditor independente deverá receber da sociedade e anexar ao seu relatório, uma descrição detalhada:

- a) das políticas e procedimentos adotados pela sociedade para avaliação de sua exposição ao risco de ser envolvida em situações relacionadas à fraude, principalmente com relação aos produtos comercializados e suas práticas operacionais;
- b) dos riscos identificados de envolvimento da sociedade em situações relacionadas à fraude; e
- c) dos critérios adotados e dos procedimentos implementados para a identificação dos riscos.

No anexo a este Comunicado Técnico inclui-se modelo de relatório elaborado com base nos comentários acima, que deverá ser modificado conforme as circunstâncias e resultados dos trabalhos.

São Paulo, 17 de abril de 2009.

**Ana Maria Elorrieta**  
Presidente da Diretoria Nacional

**Wanderley Olivetti**  
Diretor Técnico